

# Trajetórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade no estado do Rio de Janeiro – Intersecções entre vulnerabilidades, vitimizações e atos infracionais

Soraya Sampaio Vergilio

Não é de hoje que as vulnerabilidades e suas manifestações, abreviadas e associadas às desvantagens e perturbações que resultem em riscos e perigos para as pessoas, têm sido usadas para explicar os processos de vitimização e, em muitas teorias sobre a delinquência juvenil, associadas a prática delituosa.

A tese de doutorado, defendida em 2020, teve como objetivo principal analisar se e de que forma algumas vulnerabilidades – territorial, escolar e comportamental – podiam explicar as variações da prática infracional perpetrada e da vitimização sofrida por jovens em privação de liberdade do estado Rio de Janeiro.

A sua questão central investia nas intersecções dessas condições sociais que reputa a esses jovens como sendo vulneráveis, vítimas e autores de atos infracionais de variadas maneiras e que pode ser abreviada pela seguinte pergunta: as vulnerabilidades territorial, escolar e comportamental seriam preditoras (se relacionariam) da vitimização e do ato infracional, ambos evidenciados nas trajetórias de vida de jovens em internação no estado do Rio de Janeiro?

Nesse sentido, a hipótese principal é que, baseando-se no que diferentes constructos teóricos e estudos têm apontado dentro das explicações para a delinquência juvenil, vulnerabilidades vivenciadas por jovens tem correlação com a vitimização e autoria de ato infracional. Assim, ainda que existisse diferença nos resultados dos testes, indicando, por exemplo, que uma vulnerabilidade poderia ser uma preditora mais significativa que as demais, esperava-se que essas desvantagens – territorial, escolar e comportamental – prediriam a variação de vitimização sofrida e ato infracional praticado pelos jovens das unidades de internação do Degase.

Além de investir na hipótese acima, outros objetivos se somaram ao estudo, a saber: analisar se aportes internacionais da criminologia eram capazes de ajudar na compreensão da realidade brasileira; observar se esses debates que emergem das explicações sobre os atos infracionais poderiam ser aplicados para ajudar na compreensão da vitimização sofrida; e construir modelo que fosse bom para obter predições, ou melhor,

que explicasse melhor a relação/intersecção entre o ato infracional praticado, a vitimização sofrida e as vulnerabilidades escolar, territorial e comportamental.

Tanto os dados variados sobre vitimização e ato infracional quanto as variáveis sobre as vulnerabilidades são oriundos da pesquisa “Trajetórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade no sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro”, realizada em 2016, fruto de uma parceria interinstitucional entre a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase).

Em 2016, UFF e Degase realizaram estudo para coletar dados dos adolescentes e jovens dos sexos masculino e feminino em todas as seis unidades no Estado do Rio de Janeiro responsáveis por executar as medidas socioeducativas de internação – medida mais gravosa de privação de liberdade aplicada aqueles com idades entre 12 e 21 anos incompletos.

Como a tese tinha diversos objetivos distintos do estudo interinstitucional, algumas readequações e mudanças foram feitas, não só no que se refere às perguntas que seriam utilizadas, mas também em relação à população da amostra, resultando em uma base com nova amostragem e novos dados. Nesse sentido, no que tange o público-alvo e a composição da amostragem, passaram a constar 287 questionários que representavam os jovens com idades entre 15 e 20 anos, exclusivamente do sexo masculino; e, em relação ao número de perguntas, somente permaneceram aquelas questões que se referiam aos autorrelatos de vitimização sofrida, ato infracional perpetrado, vulnerabilidades escolar, territorial e pessoal, além daquelas correspondentes a cor/raça e idade. Portanto, passaram então a compor a nova base de dados da tese 89 questões da pesquisa interinstitucional.

Com a base de dados construída especialmente para a tese era, então, a hora de migrar as perguntas para o software SPSS – versões 25 e 27. Ali todas as questões foram readequadas (sem prejuízo do conteúdo), ou melhor, as repostas foram codificadas em números, uma vez que a maior parte delas eram formadas por palavras (Sim, Não, Concorda, etc.). Isso porque, variados testes estatísticos requerem essa codificação.

Mas só a formulação de uma nova base de dados em um software com muitos recursos não daria conta de superar a fragmentação desses jovens, ao mesmo tempo em que se destacasse as intersecções entre suas vulnerabilidades, vitimizações e atos infracionais e evidenciassem que eram variadas.

Se o que se pretendia no estudo era não falar dessas condições sociais de forma uniforme, cristalizada, posto que são múltiplas, variadas e, por vezes, contraditórias também para esse grupo pesquisado, o entrelaçamento dessas condições, com base na

proposição de um modelo interseccional não hierarquizante representou uma tarefa bem desafiadora, já vez que não estava se tratando nem de relação causa e efeito e nem de se pressupor/predizer uma ordem sequencial em que estas se apresentavam na vida desses jovens.

Essa necessidade se constituiu em um outro grande desafio do doutoramento. Então, para além do que já fora constatado e do que se via toda vez que se voltava o olhar para os dados – vulnerabilidades diversas, diferentes relatos sobre vitimização sofrida e atos infracionais praticados – como transpor a fragmentação, compreendendo e conectando essas condições sociais adversas presentes em diferentes dimensões das trajetórias de vidas desses jovens?

Nesse sentido, estudar a relação dessas condições sociais, ao mesmo tempo que se desse destaque as suas variações, passou a constituir-se em mais uma proposta da tese.

Com uma base ainda relativamente extensa, mas com informações que não poderiam ser perdidas, era necessário buscar recursos estatísticos que dessem conta de incorporar a diversidade dessas questões e, conseqüentemente, da variedade com que as condições sociais se apresentavam dentro das trajetórias desses jovens. Foi então que a análise fatorial e a regressão apresentaram-se como técnicas adequadas para serem empregadas.

Esses testes são capazes de reduzir e conectar as questões, desde que a seleção tenha coerência teórica-conceitual. Assim, ainda que os resultados se apresentem significativos estatisticamente, com todos os valores adequados e consistentes, é fundamental a seleção de perguntas com alto potencial explicativo sobre as condições sociais e que, portanto, estivessem aportadas em debates sobre os jovens pesquisados.

Não bastava que as questões se referissem às condições de vulnerabilidade, vitimização e ato infracional. Assim, diferentemente do que possa parecer, são as escolhas teóricas que indicam preliminarmente as questões a serem escolhidas.

Portanto, os testes estatísticos são recursos que atestam que os encaminhamentos teóricos e escolhas são pertinentes. Como se daria a seleção dessas questões? Tarefa difícil, o banco de dados já estava finalizado, portanto, as limitações eram muitas.

Nesse sentido, a compreensão da metáfora de Kergoat (1986) sobre a invisibilidade das mulheres operárias na França se constituiu em inspiração para determinar o critério para seleção de questões do banco de dados. Sobretudo quando se considera que, como as mulheres de Kergoat (1986, p. 82), é como se a imagem dos jovens do estudo fosse

enxergada apenas pelo retrovisor de um carro, e muitas questões sobre eles permaneceriam invisíveis “de algum modo, no ponto morto [cego] do campo sociológico”.

Como desafio para superar essa invisibilidade, as questões a serem agrupadas decorreram de escolhas inspiradas nos debates sobre a delinquência juvenil e o crime e, nos hiatos dessas discussões, outros estudos nacionais e internacionais que se debruçassem sobre esses juvenis. A premissa, então, é de que um conjunto de suposições fundamentadas sobre o delito, que são as teorias e estudos sobre a delinquência juvenil, além de darem visibilidade a esse jovem assimilam esse próprio sujeito. Elas foram construídas e constituídas para ele e por meio dele e, por isso, dão mais conta “da coerência vivida (concretamente) das [suas] práticas sociais” (KERGOAT, 1986, p. 82).

Assim como as mulheres operárias de Kergoat eram também “totalmente inassimiláveis pela conceituação clássica da sociologia do trabalho”, esses jovens, frequentemente, cabem parcialmente nas discussões gerais sobre as juventudes.

Essa relatividade com que cabem resulta em que esse jovem acabe por autonomizado “por instrumentos de análise, [por vezes] totalmente dicotômicos” (KERGOAT, 1986, p. 79), além de “inapropriados”, frequentemente, comprometendo o final do debate que tenderá a ser fragilizado por argumentos em que eles apareçam em posições similares à de outros, mas como os diferentes, os inadequados.

Assim, compreender as múltiplas condições sociais desses jovens não é uma tarefa fácil, ainda mais no Brasil onde, tradicionalmente, os estudos sobre os autores de atos infracionais persistem e se apresentam de forma mais pulverizada em diferentes áreas do que concentrada e consolidada como um campo de estudo.

Só depois de definidos os referenciais e estudos sobre esses jovens e quais discussões sobre cada uma das condições sociais seriam incorporadas à pesquisa é que os testes de análise fatorial e, posteriormente, o de regressão puderam ser realizados.

A análise fatorial ou fatorialização se justificou como adequada para o estudo porque a nova base de dados, embora reduzida, ainda oferecia uma grande diversidade de questões tanto sobre as vulnerabilidades, quanto sobre a vitimização e o ato infracional cometido. Esse recurso permitiu realizar o agrupamento simultâneo de muitas questões em que, dessa composição multivariada desde que altamente correlacionada, resultaram combinações denominadas fatores ou constructos.

Considerando que o objetivo da análise fatorial é obter fatores ou constructos significantes, três etapas que verificam a consistência do agrupamento das questões selecionadas foram fundamentais.

A primeira, que as questões selecionadas quando agregadas assegurem a consistência, através da extração do coeficiente Alfa de Cronbach ( $\alpha$ )<sup>1</sup> que, com valores acima de 0.50, indica que o grupamento proposto é confiável.

A segunda verificação de consistência do grupo de questões se dá através da verificação do índice de Kaiser- Meyer- Olkin (KMO)<sup>2</sup> que deve resultar em valor superior a 0.60 (HAIR et al., 1998), indicando a adequação do grupamento de questões.

Além disso, para garantir que não há presença de correlações entre as questões/variáveis, realiza-se o teste de esfericidade de Bartlett, cujo resultado deve ser menor ou igual a 0.05 ( $p \leq 0.05$ ), para se rejeitar a hipótese nula de existência de correlação entre as questões/variáveis.

Porém, ainda que o constructo ou fator fosse significativo estatisticamente, com todos os valores adequados indicando que os agrupamentos são consistentes, uma outra etapa se fez necessária. Isso porque, debater as múltiplas condições sociais desses jovens não é uma tarefa fácil, principalmente ao se tentar compreender tudo isso simultaneamente, interseccionadamente.

É aí que a regressão, segundo recurso estatístico, em que basicamente se associam variáveis dependentes, que estão sendo explicadas, às variáveis independentes, utilizadas para explicar a variação na variável dependente. Para a tese, então, compreendeu-se por variável dependente as duas faces de uma violência ou violação – delito praticado e vitimização sofrida. Como variáveis independentes estavam as vulnerabilidades escolar, territorial e comportamental.

Considerando-se a regressão como procedimento estatístico, esperava-se que as variáveis independentes – vulnerabilidades – pudessem ser preditoras das variáveis dependentes – vitimização sofrida e delito praticado. E por se trabalhar com o teste de regressão, esperava-se que, ao final do estudo, essa relação entre as variáveis dependentes e independentes pudesse apresentar e apontar uma explicação mais adequada.

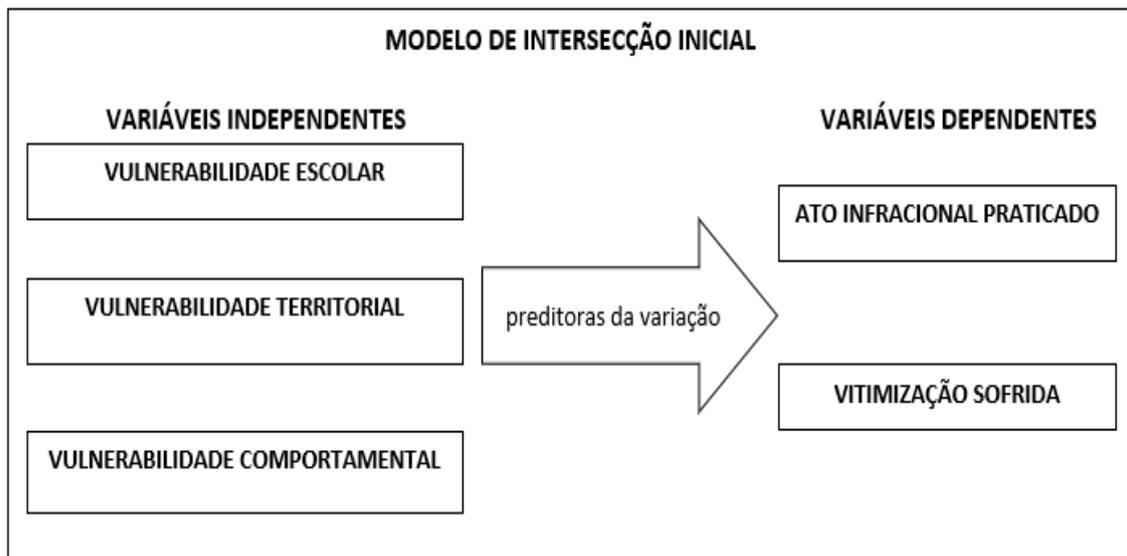
Diante da complexidade do ato infracional e das evidências da vitimização sofrida pelos jovens formulou-se o modelo abaixo, que se tratava de uma proposta de compreensão sobre as intersecções (relações), na qual as vulnerabilidades foram testadas para ver se, na tese, funcionavam como preditoras das variáveis dependentes.

---

<sup>1</sup> Estima a confiabilidade de um questionário. Os valores aceitáveis devem estar acima de 0.50.

<sup>2</sup> Medida que avalia a adequabilidade da análise fatorial. Os valores aceitáveis devem estar acima de 0.60.

**Figura 1:** Modelo interseccional inicial



A hipótese que incluiu esse modelo era de que tanto a variação da prática de ato infracional quanto a da vitimização sofrida poderiam, neste estudo, ser preditas, parcial ou totalmente, por esse conjunto de vulnerabilidades.

Por servir a um teste, trata-se de um modelo de partida, um modelo que direciona os encaminhamentos do estudo, mas que se prevê que, possivelmente, será readequado ao final do estudo, ou seja, um ou mais modelos adicionais eram esperados no final dos testes. A depender dos resultados da regressão poderia ser refutado ou ratificado, mas possivelmente apresentaria readequações ao final da tese, indicando a formulação de um modelo melhor para ser obter predições, considerando as condições sociais trabalhadas no estudo.

Sendo refutado, não significa que as intersecções entre as condições não existam, mas que, na tese, não foi possível as observar. Portanto, os fatores construídos com base nas questões escolhidas para as vulnerabilidades, atos infracionais e vitimizações serviriam no estudo?

Sendo ratificado, significaria que o modelo foi bom para se obter predições, que a proposta funcionou e que as interseccionalidades foram observadas. Ainda que necessitasse de readequação, aliás muito provavelmente necessitaria, um novo modelo que explicasse melhor o relacionamento entre as condições seria fornecido.

## **Das variáveis dependentes – ato infracional praticado e vitimização sofrida – e das variáveis independentes – vulnerabilidades escolar, territorial e comportamental**

O modelo interseccional de partida proposto para a tese considerava, como variáveis dependentes, os atos infracionais praticados e as vitimizações sofridas e, como variáveis independentes, as vulnerabilidades escolar, territorial e comportamental.

Todas as variáveis foram concebidas levando-se em consideração, inicialmente, as contribuições teóricas de estudos internacionais e, posteriormente, confirmadas por testes estatísticos de confiabilidade (Alfa de Cronbach- $\alpha$ ) e adequacidade (KMO e esfericidade de Bartlett).

Assim, no que se refere às *variáveis dependentes*:

- a) Os atos infracionais praticados foram operados com o fator *diversidade de atos no percurso delitivo*, construído com base nas contribuições de Moffitt (1993) e Chouhy *et al.* (2014), que fundamentaram a escolha de sete questões da base de dados (Se bateu em alguém a ponto de ferir ou machucar?; Se roubou?; Se vendeu ou ajudou alguém a vender drogas?; Se foi violento com algum policial?; Se está/é vinculado a alguma facção ou gangue?; Se cometeu atos infracionais análogos a crimes mais graves<sup>3</sup>?; Se cometeu atos infracionais análogos a crimes menos graves<sup>4</sup>?).
- Já as vitimizações sofridas foram traduzidas com o fator *múltiplas violências sofridas*, produzido com base nos estudos de Turanovic (2018), que resultou na escolha de cinco perguntas no banco de dados (Se alguém bateu nele de forma violenta?; Se foi vítima de insultos graves através da internet?; Se algum dos responsáveis foi violento com ele?; Se já sofreu alguma violência institucional?; Se tem alguma cicatriz decorrente de violência policial?).

### **Em relação as variáveis independentes:**

- A primeira, vulnerabilidade escolar, foi manejada com os fatores *vínculo escolar precário*, ancorado nos estudos de Agnew e Petersen (1989) e Agnew e Brezina (2005), e *baixa performance acadêmica*, baseado nas contribuições de Agnew e Brezina (2005), tendo

---

<sup>3</sup> Tentativa de Homicídio, Homicídio, Latrocínio, Tentativa de Latrocínio, Estupro, Tentativa de Latrocínio, Sequestro.

<sup>4</sup> Lei de Armas - Lei 10.826/03, Homicídio, Furto, Receptação, Desacato, Resistência, Ameaça, Dano, Mandato de busca e apreensão.

ambos os fatores sido constituídos com fundamentos no agrupamento de cinco questões da base de dados. Tendo o *vínculo precário* agrupado as questões que indicam se os pais dos jovens dizem que não são estudiosos, se nas atividades cotidianas não estudam ou não fazem deveres de casa e, por último, há quanto tempo se encontram fora da escola. Já a baixa performance acadêmica agrupa os anos de defasagem, idade e série de cada jovem e se quando comparam seu desempenho com o dos colegas consideram-no abaixo da média.

- A segunda variável independente, vulnerabilidade territorial, foi operada com os fatores *desordem social e física*, aportado nas discussões de Sampson (2009; 2012), e *medo*, fundamentado nos estudos de Hunter (1985), sendo resultado do agrupamento de oito questões do banco. Segundo Sampson (2009), por desordem física compreende-se as evidências visíveis de desorganização espacial, e por desordem social evidências das ilegalidades e condutas antissociais. Ambas representadas pelas questões: se onde mora há muita pichação, Se é de difícil acesso<sup>5</sup>, Se onde mora não fica limpo a maior parte do tempo, Se onde mora há muitas casas abandonadas, Se onde mora há venda de drogas e outras atividades ilegais, Se onde mora existem conflitos armados. Já o segundo fator, decorrente do mal-estar consequência, muitas vezes de práticas antissociais como o próprio crime, é o medo (HUNTER, 1985). No estudo, o medo foi formado por duas questões: Se onde mora anda-se com medo durante o dia e se onde mora anda-se com medo a noite.

- Como terceira e última variável independente, a vulnerabilidade comportamental, manejada com os fatores ***baixo autocontrole e estressores crônicos***, ambos formados alicerçados nas discussões de Agnew (2006), resultado do agrupamento de dez questões. As questões que compoem o *baixo auto-controle* são: Se se envolve em brigas, Se se comporta de forma impulsiva, Se faz tudo que dá prazer, Se gosta de se testar fazendo coisas arriscadas, Se excitação e aventura são mais importantes e Idade de início do uso de drogas. Já aquelas que se relacionam aos *estressores crônicos* são: Se enfrenta muitas dificuldades na vida, Se sente que vive em uma zona de guerra, Se as pessoas suspeitam dele e Se já foi acusado injustamente.

Levando-se em consideração, ainda, o modelo interseccional inicialmente proposto para a tese, e que consta mais acima na Figura 1, foi realizada a regressão que resultou na tabela abaixo.

---

<sup>5</sup> Sendo esta uma medida incluída especialmente levando-se em consideração a realidade brasileira, sobretudo a fluminense em que a geografia dos territórios de moradias comumente chamados de favelas ou comunidades apresentam muitos becos, ladeiras, ou seja, uma organização muito complexa e diferente do que se refere como organizado.

**Tabela 1:** Regressão em que cada variável independente é considerada separadamente

**Modelo em que cada variável independente é considerada separadamente**

	Atos infracionais praticados		Vitimizações sofridas	
Vulnerabilidades	Fator DIVERSIDADE DE ATOS NO PERCURSO DELITIVO		Fator MÚLTIPLAS VIOLÊNCIAS SOFRIDAS	
	$\beta$	b	$\beta$	B
<b>VULNERABILIDADE TERRITORIAL</b>				
Desordem social e física	.392**	.395	.169**	.170
Medo	.206**	.208	.195**	.197
Cor/raça	.023	.002	.021	.002
Idade	-.025	-.023	-.017	-.016
Escolaridade	-.058	-.029	-.087	-.044
R <sup>2</sup>	.201		.076	
<b>VULNERABILIDADE COMPORTAMENTAL</b>				
Estressores crônicos	.238**	.238	.255**	.255
Baixo autocontrole	.311**	.311	.350**	.350
Cor/raça	.029	.002	.030	.002
Idade	-.090	-.084	-.079	-.073
Escolaridade	-.058	-.029	-.092	-.046
R <sup>2</sup>	.187		.233	
<b>VULNERABILIDADE ESCOLAR</b>				
Vínculo precário	.349**	.349	.096	.096
Baixa performance acadêmica	-.110	-.110	.084	.084
Cor/raça	.068	.005	.051	.004
Idade	.030	.028	-.057	-.052
Escolaridade	.057	.029	-.163	-.082
R <sup>2</sup>	.123		.021	

\*p < .05; \*\*p < .01

Ao observar a tabela 1 é possível, então, concluir que:

- as variáveis de controle cor/raça, idade e escolaridade apresentaram coeficientes estatisticamente pouco relevantes, ou seja, como se previa, não modificaram significativamente a relação entre as variáveis independentes e as variáveis dependentes;

- em relação ao ato infracional praticado, com exceção do fator *baixa performance acadêmica* todas as demais variáveis independentes se apresentaram com coeficientes elevados, destacando-se a *desordem social e física* como a mais alta; e
- já em relação à vitimização, apenas a vulnerabilidade escolar não apresentou coeficientes significativos, tendo as demais apresentado coeficientes significativos, tendo o fator *baixo autocontrole* o coeficiente mais elevado.

Esse modelo inicial foi readequado e, se antes as vulnerabilidades foram testadas separadamente, passaram a ser testadas juntas, incluindo todas, até mesmo aquelas cujos coeficientes não foram elevados, intencionando espelhar exatamente o modelo interseccional de partida proposto.

Ou seja, essa readequação implicou em testar todas as variáveis juntas, que se mostraram ou não significativas em cada regressão desagregada realizada anteriormente.

**Tabela 2:** Regressão em que todas as variáveis independentes são consideradas juntas

Modelo cheio - em que todas as variáveis independentes são consideradas juntas

Vulnerabilidades	Atos infracionais praticados		Vitimizações sofridas	
	Fator DIVERSIDADE DE ATOS NO PERCURSO DELITIVO		Fator MÚLTIPLAS VIOLÊNCIAS SOFRIDAS	
	$\beta$	b	$\beta$	b
<b>VULNERABILIDADE TERRITORIAL</b>				
Desordem social e física	.284**	.286	.049	.049
Medo	.099*	.100	.078	.079
<b>VULNERABILIDADE COMPORTAMENTAL</b>				
Estressores crônicos	.156**	.156	.233**	.233
Baixo autocontrole	.206**	.206	.326**	.326
<b>VULNERABILIDADE ESCOLAR</b>				
Vínculo precário	.252**	.252	.005	.005
Baixa performance acadêmica	-.116	-.116	.033	.033
Variável de controle				
Cor/raça	.047	.004	.022	.002
Idade	.005	.005	-.087	-.081
Escolaridade	.056	.028	-.118	-.059
<b>R<sup>2</sup></b>	<b>.342</b>		<b>.240</b>	

\*p< .05; \*\*p< .01

Assim, quando se olha para os testes realizados acerca dos atos infracionais praticados foi possível observar que os fatores que se mostraram mais significativos, ou

seja, com coeficientes mais elevados de influência causal foram: vínculo escolar precário ( $\beta= 0.25$ ), desordem social e física ( $\beta= 0.28$ ), medo ( $\beta= 0.09$ ), baixo autocontrole ( $\beta= 0.20$ ) e estressores crônicos ( $\beta= 0.15$ ). Juntos todos os fatores, incluindo esses cinco, explicaram 34% da variação dos atos infracionais praticados.

Em relação às múltiplas violências sofridas, vitimizações sofridas, os testes realizados nesse novo modelo indicaram que os fatores que se mostraram mais significativos foram aqueles atrelados à vulnerabilidade comportamental, ou seja, baixo autocontrole ( $\beta= 0.32$ ) e estressores crônicos ( $\beta= 0.23$ ).

Em comparação ao modelo desagregado, em que a desordem física e social e o medo apresentaram coeficientes significativos, respectivamente,  $\beta= 0.16$  e  $\beta= 0.19$ , quando todos os fatores são testados agregados, ao mesmo tempo, houve um ajuste nos coeficientes desses constructos e passaram a não ser mais significativos,  $\beta= 0.04$  e  $\beta= 0.07$ . Resultando na condição de que quando variáveis independentes são incluídas todas juntas na regressão explicaram 24% da variação das vitimizações sofridas por esses jovens.

## Do modelo final

Partindo-se dos resultados do modelo intermediário acima, em que todas as vulnerabilidades foram testadas juntas, propôs-se um modelo em que se consideram apenas aquelas que apresentaram coeficientes mais elevados, ou seja, esperava-se que essa readequação fornecesse um modelo final que fosse melhor para, no estudo, obter predições acerca das intersecções entre as vulnerabilidades, atos infracionais praticados e vitimizações sofridas.

Assim, os fatores mais significativos das vulnerabilidades foram retidos e nova regressão foi realizada, conforme tabela abaixo:

**Tabela 3:** Regressão em que somente as variáveis mais significativas são consideradas juntas  
**Modelo reduzido - em que somente as variáveis independentes significativas do Modelo cheio são consideradas juntas**

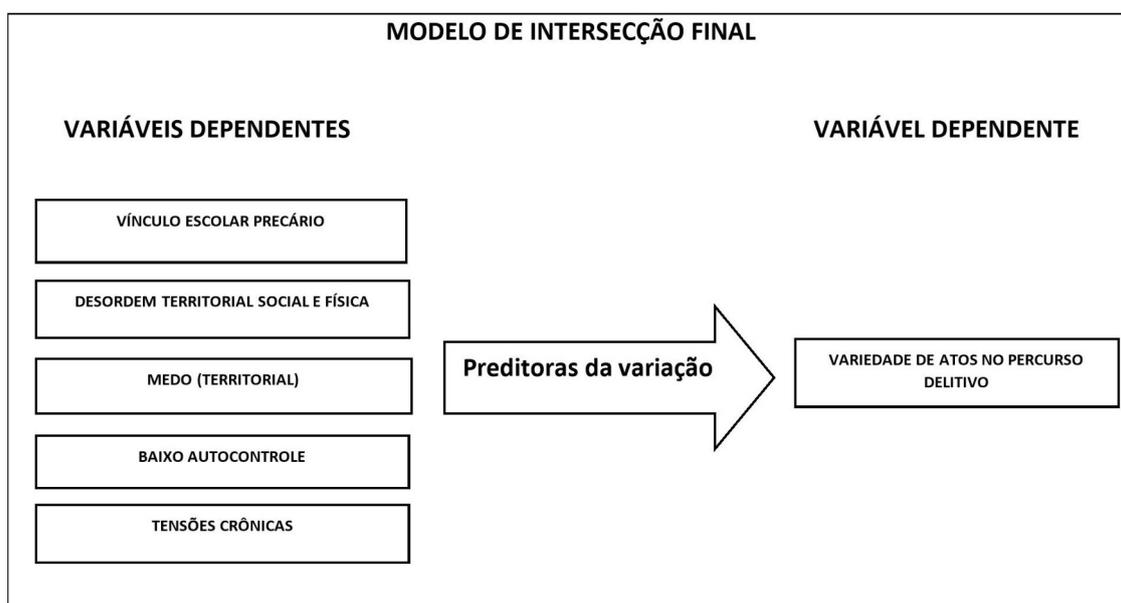
Vulnerabilidades	Atos infracionais praticados		Vitimizações sofridas	
	Fator DIVERSIDADE DE ATOS NO PERCURSO DELITIVO		Fator MÚLTIPLAS VIOLÊNCIAS SOFRIDAS	
	$\beta$	b	$\beta$	b
VULNERABILIDADE TERRITORIAL				
Desordem social e física	.289**	.291		

Medo	.106**	.107		
VULNERABILIDADE COMPORTAMENTAL				
Estressores crônicos	.150*	.150	.249**	.249
Baixo autocontrole	.202**	.202	.349**	.349
VULNERABILIDADE ESCOLAR				
Vínculo precário	.245**	.245		
<b>R<sup>2</sup></b>	<b>.335</b>		<b>.220</b>	

\*p < .05; \*\*p < .01

Sobre os atos infracionais praticados, operados através do fator diversidade de atos no percurso delitivo, a última regressão estatística realizada permitiu identificar cinco variáveis significativas – desordem física e social ( $\beta = 0.28$ ), medo ( $\beta = 0.10$ ), estressores crônicos ( $\beta = 0.15$ ), baixo autocontrole ( $\beta = 0.20$ ) e vínculo escolar precário ( $\beta = 0.24$ ) – e que juntas explicam 33% da variação de delitos cometidos pelos jovens em situação de privação de liberdade. Decorrendo no modelo interseccional final abaixo.

**Figura 2:** Modelo interseccional final com as variáveis mais significativas estatisticamente predictoras da variação do ato infracional praticado



Nesse sentido, as três dimensões da vulnerabilidade institucional, social e individual representadas, respectivamente, pela escolar, territorial e comportamental funcionaram como boas predictoras sobre a variação do ato infracional praticado, o que representa dizer que esse primeiro modelo ratifica não só a intersecção entre as condições sociais que qualifica esses jovens como vulneráveis e autores de atos infracionais, como também



É como se as vulnerabilidades comportamentais desempenhassem o papel de peça-chave, conectando os demais pedaços – atos infracionais praticados e vitimizações sofridas, nesse complexo quebra cabeça sobre a trajetória de vida dos jovens em situação de privação de liberdade no Estado do Rio de Janeiro.

## **Considerações finais**

Há uma tendência, sobretudo fora do Brasil, em se investir em estudos que discutam o comportamento delitivo e o próprio delito buscando agregar um número robusto de fatores e aspectos que emergem de múltiplas interações ou estejam presentes nas discussões sobre família, escola, território, grupo de pares, comportamento, polícia, uso de drogas.

Inspirados nessa forma de enxergar e debater esse complexo tema é que a tese encontrou, nos dados de que dispunha sobre as trajetórias de vida, três condições sociais muito partilhadas pelos jovens em situação de privação de liberdade no estado do Rio de Janeiro: vulnerabilidades experimentadas, vitimizações sofridas, além, é claro, dos atos infracionais praticados.

Porém, a proposta era superar a fragmentação com que geralmente essas condições são apresentadas em estudos diversos e, nesse sentido, entrelaçá-las foi a forma escolhida para apresentá-las. Assim, uma abordagem interseccional se constituiu em uma inspiração metodológica importante para a pesquisa e a interseccionalidade dessas condições em um importante objetivo.

O estudo foi estruturado com o objetivo de analisar se as vulnerabilidades em suas diferentes dimensões institucional, social e individual representadas, respectivamente, pela escolar, territorial e comportamental incidiriam, ou melhor, relacionar-se-iam sobre as vitimizações sofridas e delitos praticados por jovens em situação de privação de liberdade no estado do Rio de Janeiro.

Levando-se em consideração o uso de testes estatísticos de fatorialização e regressão, foi elaborado um modelo interseccional de partida que serviu de referência para discussão do estudo. Nele, pressupôs-se que as variáveis independentes – vulnerabilidades escolar, territorial e comportamental – funcionariam como preditoras das variações das variáveis dependentes – atos infracionais praticados e vitimizações sofridas. A tese principal defendida, de que através desse modelo de partida as intersecções entre essas três condições sociais seriam evidenciadas no estudo, foi confirmada.

Além disso, estudos sobre o ato infracional internacionais se constituíram como importantes referências para a seleção das questões que, agrupadas, formaram os fatores.

A primeira variável dependente, atos infracionais praticados, passou a ser operada pelo fator diversidade de atos no percurso delitivo, inspirada nos debates de Moffitt (1993) e Chouhy *et al.* (2014). Observou-se que discutir o ato infracional praticado destacando a existência de percurso delituoso, fundamentalmente variado, levando-se em conta os diferentes atos infracionais relatados pelos jovens, constitui-se em uma forma promissora de se debater e estudar o tema.

A segunda variável dependente, vitimizações sofridas, teve como constructo de referência as múltiplas violências sofridas, aportada nos trabalhos de Turanovic (2018). Nesse sentido, a tese apresentou diversas evidências de que esses jovens, além de perpetradores de violência, sofrem inúmeras violências e violações e que, portanto, um investimento maior em estudos sobre o fenômeno de vítima-infrator, como tem se realizado no exterior é urgente também para o nosso contexto.

Em relação a vulnerabilidade escolar resultou nos constructos vínculo escolar precário, inspirado nos estudos de Agnew e Petersen (1989) e Agnew (2006), e baixa performance acadêmica, mais uma vez nos estudos de Agnew (2006). Sobre a vulnerabilidade territorial, medo (HUNTER, 1985) e desordem física e social (SAMPSON, 2009) foram os fatores extraídos, mais uma vez aportados em estudos internacionais. E, por último, a vulnerabilidade comportamental em que os estressores crônicos e baixo autocontrole foram os constructos extraídos, levando-se em consideração os estudos de Agnew (2006).

Realizados todos os testes estatísticos, um modelo interseccional final resultou ratificando que as vulnerabilidades escolar, comportamental e territorial funcionaram com preditoras do ato infracional praticado. E, adicionalmente, a vulnerabilidade comportamental funcionou também como preditora da vitimização sofrida pelos jovens.

Dessa forma ainda sobre o modelo interseccional final é possível concluir que:

- Em relação aos atos infracionais praticados, foi possível identificar que as variáveis desordem física e social, medo, estressores crônicos, baixo autocontrole e vínculo escolar precário, quando juntas, predisseram 33% da variação de delitos cometidos pelos jovens;
- Sobre a vitimização sofrida, as duas variáveis da vulnerabilidade comportamental – estressores crônicos/tensões crônicas e baixo autocontrole – quando juntas, explicaram 22% das múltiplas violências sofridas; e

- Que adicionalmente a vulnerabilidade comportamental, funcionou como uma preditora tanto para o ato infracional praticado, quanto para a vitimização sofrida. Investir na compreensão da vulnerabilidade comportamental dentro desse contexto de condições tão difíceis foi, talvez, a melhor escolha. Foi daí que a intersecção entre vulnerabilidades, vitimizações e atos infracionais ocorreu de forma plena, clara.

Nesse sentido, foi ratificada a hipótese de que a construção de fatores aportada nos debates sobre o ato infracional mostrou eficácia ainda que, parcialmente, para compreender a vitimização. Adicionalmente, quando se leva em consideração que esses referenciais eram internacionais, sobretudo norte-americanos, a aplicabilidade à realidade brasileira também se mostrou satisfatória.

O que os testes estatísticos confirmaram também foi que adequações, levando-se em conta o contexto brasileiro, como a inserção do “difícil acesso”, categoria tão própria e que emerge da realidade fluminense, agregam significado a esses fatores, destacando-se como mais um achado da tese.

Duas outras conclusões se podem tirar com base dos modelos interseccionais finais. A primeira é de que, levando-se em consideração que a vulnerabilidade escolar foi operada pelos fatores vínculo escolar precário e baixa performance acadêmica, e que somente a primeira apresentou relevância estatística, este estudo contribui para o entendimento de que outras questões escolares têm um grande potencial explicativo sobre a prática do ato infracional e, possivelmente, sobre outros problemas sociais para além da distorção idade série e o desempenho em avaliações.

Compreendê-los com base apenas em perfis significa ter muitas limitações em descobri-los. São mais bem compreendidos neste estudo não pelos anos de distorção idade/série, mas pelos vínculos que se romperam com o espaço escolar, ou que talvez até nunca tivessem existido ou, se existido, sempre fosse frágil. Vínculo exige dois lados. Quem rompeu com quem primeiro?

Descortinar outros horizontes escolares, outra descoberta desta tese, sobretudo quando se leva em consideração que se convencionou que falar em defasagem, reprovação, indicadores de ‘fracasso’ mais fáceis de serem atribuídos exclusivamente aos alunos, é a forma mais adequada de traduzir seus percursos escolares.

A segunda conclusão, é de que as intersecções entre as condições sociais existem. Esses entrelaçamentos, que por vezes mais se assemelham a um nó do que a um laço, permitem que eles possam ser referenciados como vulneráveis, vítimas e autores de atos infracionais diversificadamente.

O uso de outros recursos estatísticos, para além das já bem usadas frequências gerais, constituíram-se em um ótimo recurso para a interpretação dos dados e compreensão sobre esses jovens.

Ratifica-se, através deste estudo, a importância de se investir em discussões e pesquisas que evidenciem a complexidade desses jovens, não só na perspectiva de desmitificar a estigmatização que sofrem, mas também na intenção de se avançar na construção de políticas públicas mais eficazes para eles e, também, para que outras gerações não sejam compulsoriamente destinadas às mesmas condições adversas que os pesquisados.

Este não foi “só” um estudo estatístico e, embora as técnicas aqui empregadas tenham se mostrado um excelente recurso a ser explorado até em áreas que pouco uso fazem delas, essa é uma discussão sobre trajetórias de vida.

Trajетórias de vida de um público que, frequentemente, é invisibilizado, mas que quando é visto, normalmente, é enxergado sob a ótica da situação social em que se encontram, reproduzindo e acirrando ainda mais a estigmatização sobre eles. Muito se tem a dizer sobre suas potências, habilidades, desejos, suas boas ações. Mas a tese foi sobre as condições sociais adversas, perturbadoras, violadoras, desvantajosas. Elas não se mostraram pontuais, tampouco representaram um conjunto de causalidades destituídas de nexos. De certa forma, elas funcionam solidariamente, interconectadas. Esses jovens estão aqui, persistindo, apesar de todas essas adversidades de condições que imputam a eles, simultaneamente, como vulneráveis, vítimas e autores de atos infracionais.

## Referências

Agnew, R. *Pressured Into Crime: An Overview of General Strain Theory*. USA: OUP, 2006.

Agnew, R.; Brezina, T. *Juvenile Delinquency: Causes and Control*. USA: Roxbury Publishing Company, 2005.

Agnew, R.; Petersen, D. *Leisure and delinquency*. USA: Social Problems, 1989.

Chouhy, C.; Cullen, F.; Unnever, J. Mean Streets Revisited: Assessing the Generality of Rival Criminological Theories. In: *Victims & Offenders: An International Journal of Evidence-based Research, Policy, and Practice*. USA: Victims & Offenders, 2014.

DEGASE; UFF. *Trajетórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade no sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), Universidade Federal Fluminense (UFF), 2018.

Hair, J. *et al. Multivariate data analysis*. 5. ed. New Jersey: Prentice Hall, 1998.

Hunter, A. *Private, Parochial and Public Social Orders: The Problem of Crime and Incivility in Urban Communities*. USA: ALEX Publishers, 1985.

Kergoat, D. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. *In: KARTCHEVSKY, A. O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

Moffitt, T. Adolescence-Limited and Life-Course-Persistent Antisocial Behavior: A Developmental Taxonomy. *Psychological Review*, v. 100, n. 4, 1993.

Sampson, R. Disparity and diversity in the contemporary city: social (dis)order revisited. USA, *The British Journal of Sociology*, n. 1, v. 60, p.1-38, 2009.

Sampson, R. *Great American City: Chicago and the Enduring Neighborhood Effect*. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

Turanovic, J. Heterogeneous effects of adolescent violent victimization on problematic outcomes in early adulthood. *Criminology*. USA, v. 57, Issue 1, p. 1-68, February, 2018.

Vergilio, Soraya Sampaio. *Trajetórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade no estado do Rio de Janeiro – Interseções entre vulnerabilidades, vitimizações e atos infracionais*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF como requisito para obtenção do grau de Doutor em Educação. Niterói: UFF-RJ, 2020.